



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBA

Rua Bom Jardim, Nº 01 - Centro - Jatobá - PE CEP: 56.476-000
(57)3851-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.875/0001-80

prefeituradsjatoba.pe@gmail.com

LEI Nº 456 / 2020

Ementa: Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JATOBA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Jatobá, Estado de Pernambuco, para o exercício de 2021, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária;
- VIII - as Metas e Prioridades da Administração Municipal por Categoria Econômica; e
- IX - as Disposições Gerais.

DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2021, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria STN nº. 286 de 07 de maio de 2019.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece as determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA nº. 286 de 07 de maio de 2019 da STN, 10ª Edição do Manual de Elaboração válido para 2020.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:

01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ
Rua Bom Jardim, Nº 01 - Centro - Jatobá - PE CEP: 55.470-000
(57)3651-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.878/0001-80

prefeturadejatoba.pe@gmail.com

- 01.01.00 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.
- 02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS
- 02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.
- 02.02.00 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.
- 02.03.00 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.
- 02.04.00 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.
- 02.05.00 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.
- 02.06.00 DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.
- 02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.
- 02.08.00 DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestoras e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2021, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101/200, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos as Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de referência 2021 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2021, 2022 e 2023, deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão do aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria STN nº. 286 de 07 de maio de 2019.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ

Rua Ben Jardim, Nº 01 - Centro - Jatobá - PE CEP: 56.470-000

(57)3351-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.876/0001-80

prefeituradejatoba.pe@gmail.com

§ 3º - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 286 de 07 de maio de 2019, as METAS ANUAIS DA LDO 2021, passa a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo Único - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 286 de 07 de maio de 2019, as METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR da LDO 2021, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três exercícios anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio as análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo 1.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBA

Rua. Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP: 56.470-000
(07)3051-3114 / 3116 - CNPJ: 01.814.878/0001-60

prefeituradejatoba.pe@gmail.com

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do Patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelecem de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 12 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 13 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBA

Rua Bom Jardim, N° 01 - Centro - Jatobá - PE CEP: 55.476-000
(87)3051-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.678/0001-80

prefeituradejatoba.pe@gmail.com

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 14 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria STN nº. 286 de 07 de maio de 2019, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2021, 2022 e 2023.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL.

Art. 15 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

§ 1º - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

§ 2º - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

§ 3º - A unificação dos Demonstrativos de Resultados Primário e Nominal, obedecem as determinações da Portaria STN Nº 495/2017 e o modelo de relatório da Portaria STN Nº 286 de 07 de maio de 2019.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 17 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 646780a7-7b74c-4cfa-8898-74cc2a65914c



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ
Rua: Bons Jardins, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE. CEP: 56.470-000
(073251-3114) 3116 - CNPJ: 01.614.878/0001-20

prefeituradejatoba.pe@igmail.com

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balançetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2021, 2022 e 2023.

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 18 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021, estão definidas e demonstrada no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2021 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 19 - O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundos e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 20 - A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vinculados a Fundos, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrada as despesas por função, sub-função, programa, projeto atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 21 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 22 - O Orçamento para o exercício de 2021, obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundos e Outras (Arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 646780a7-7b74c-4cfa-8898-74cc2a65914c



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ

Rua Bom Jardim, Nº 01 - Centro - Jatobá - PE CEP: 56.470-000
(37)3251-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.878/0001-80

prefeituradejatoba.pe@gmail.com

Art. 23 - Os estudos para delimitação dos Orçamentos da Receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará a disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 24 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - Dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 25 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2021, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2020 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 26 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes do Artigo 43 da lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 27 - O Orçamento para o exercício de 2021 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 3% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 10% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ

Rua Dom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP: 53.470-000
(57)3851-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.873/0001-80

prefeturadejatoba.pe@gmail.com

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2021, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 28 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 30 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2021 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 31 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2021, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 32 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento dos recursos, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 33 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ

Rua Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP: 56.470-000
(87)3851-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.878/0001-20

prefeituradejatoba.pe@gmail.com

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº. 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 34 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 35 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 36 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes.

Art. 37 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 38 - Durante a execução orçamentária de 2021, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2021 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 39 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 40 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2021 serão objeto de avaliação



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ
Rua: Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP 56.470-000
(87)3851-3114 / 3116 – CNPJ 01.614.878/0001-80

prefeturadejatoba.pe@gmail.com

permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41 – A Lei orçamentária de 2021 poderá conter autorização para contratação de operações de crédito para atendimento à despesa de capital, observado o limite de endividamento de até 50% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 42 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 43 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 44 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2021, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2021.

Art. 45 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2021, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2020, acrescida de 5% obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 46 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 646780a7-7b74c-4cfa-8898-74cc2a65914c



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ

Rua Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP 56.470-000
(87)3051-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.878/0001-80

prefeituradejatoba.pe@gmail.com

Art. 47 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - Eliminação das despesas com horas-extras;
- III - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 48 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 49 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 50 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 51 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ

Rua. Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP: 56.470-000
(87)3851-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.878/0001-80

prefeituradejatoba.pe@gmail.com

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL POR CATEGORIA ECONÔMICA

Art. 52 - A Lei Orçamentária Anual de 2021 deverá estar compatibilizada com o Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, devendo Priorizar, especialmente as ações voltadas para:

- I - O Desenvolvimento Econômico;
- II - O Desenvolvimento Urbano;
- III - O Desenvolvimento Administrativo;
- IV - O Desenvolvimento Social.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até o dia cinco de outubro, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia cinco de dezembro do mesmo ano de acordo com a Constituição do Estado, Artigo 124, alterado pela Emenda Constitucional nº. 31, de 27 de junho de 2008, Art. 1º § 1º inciso III.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2021, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 4º. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 3º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso III, do § 2º do art. 198 da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§ 5º. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 3º deste artigo, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei orçamentária anual.

§ 6º. As programações orçamentárias previstas no § 3º deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 646780a7-7b74c-4cfa-8898-74cc2a65914c



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ

Rua Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP: 56.470-000
(87)3851-3114 / 3116 - CNPJ 01.614.878/0001-80

prefeturadejatoba.pe@gmail.com

§ 7º. No caso de impedimento de ordem técnica no empenho de despesa que integre a programação, na forma do § 5º deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas:

I - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Chefe do Poder Executivo e o do Poder Legislativo enviarão à Câmara de Vereadores as justificativas do impedimento;

II - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III - até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

IV - se, até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Poder Legislativo Municipal não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.

§ 8º. Após o prazo previsto no inciso IV, do § 7º do presente artigo, as programações orçamentárias previstas no § 5º não serão de execução obrigatória, nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 7º.

§ 9º. Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no § 5º deste artigo, até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§ 10. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no § 5º deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§ 11. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

Art. 54 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 56 - Não se incluem no limite de suplementação, as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ

Rua: Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP: 56.470-000
(87)3851-3114 / 3.116 - CNPJ: 01.614.878/0001-80

prefeituradejatoba.pe@gmail.com

- I – Pessoal e encargos sociais;
- II – Pagamento do sistema previdenciário;
- III – Pagamento das despesas correntes à operacionalização do Sistema único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino;
- IV – Transferências de fundos ao Poder Legislativo;
- V – Pagamento de serviço da dívida;
- VI – Despesas vinculadas a convênios, bem como suas contrapartidas;
- VII – Incorporação de saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2020, do excesso de arrecadação de recursos vinculados a fundos especiais e ao FUNDEB, quando se configurar receitas do exercício superior as previsões de despesas fixadas da lei de Orçamento.

Art. 57 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 58 – O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa de sua iniciativa exclusiva, poderá criar secretaria ou alterar a estrutura administrativa funcional do Poder Executivo. A criação de distritos dar-se-á por lei complementar de iniciativa concorrente.

Art. 59 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jatobá/PE, 03 de setembro de 2020.


Maria Goreti Cavalcanti Varjão
Prefeita


Mirelha Alves de Souza
Secretária de Finanças Municipal



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Acesse em: <https://stc.e-ctc.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 646780a7-7b74c-4cfa-8898-74cc2a65914c



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ
Rua Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP: 56.470-000
(87)3851-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.878/0001-80

prefeituradejatoba.pe@gmail.com

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Exercer as funções inerentes ao Poder legislativo, conforme determina os dispositivos constitucionais e regimentais.

OBJETIVOS

Dotar a Câmara de espaço físico adequado ao desempenho dos trabalhos.
Legislar sobre todas as matérias de competência do município.
Propiciar o apoio administrativo ao bom desempenho do órgão.

METAS

- Prosseguir ações no âmbito da Câmara Municipal com o objetivo de adequá-la as atribuições constitucionais;
- Manter as atividades legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;
- Melhorar as instalações do prédio da Câmara Municipal;
- Equipar a Câmara para melhoria de seus serviços;
- Efetuar o pagamento das obrigações previdenciárias patronais da câmara;

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Prestação de serviços-meios necessários ao funcionamento regular da administração direta,

Coordenação, Supervisão a Execução das políticas de governo relativa às atividades de administração de Pessoal, material, patrimônio, promovendo a atuação do município nesses setores.

OBJETIVOS E METAS

- Manter as ações relacionadas ao exercício de manutenção direta, supervisão, coordenação e assessoramento técnico do Poder Executivo e respectivas Secretarias;
- Manter as atividades de assessoramento administrativos e jurídicos da Gestão Municipal;
- Manter o sistema de processamento de dados, visando modernizar e tornar mais eficiente os serviços administrativos;
- Manter as ações desenvolvidas com o objetivo de organizar e manter os serviços dos órgãos da Administração Pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ
Rua: Bom Jardim, N° 01 – Centro – Jatobá – PE CEP 56 470-000
(87)3851-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.878/0001-80

prefeituradejatoba.pe@gmail.com

- Manter contribuições para funcionamento dos órgãos de assessoramento e associações de municípios;
- Desenvolver ações para manutenção e ampliação da frota de veículos do município;
- Dar publicidade e transparências aos atos, programas e serviços da administração municipal;
- Manter a realização de capacitação dos servidores municipais;
- Organizar e estruturar o almoxarifado municipal;
- Manter a reestruturação e aprimoramento do sistema de controle interno do município;
- Aquisição de bens para o município;
- Efetuar o pagamento das obrigações municipais;
- Realizar convênios com órgãos Federal, Estadual, entidades privadas, filantrópicas e etc.;
- Implantar e atualizar os códigos do município;
- Criar e desenvolver ações vinculadas a segurança patrimonial;
- Manter os serviços da guarda municipal;
- Desenvolver e manter ações viabilizando o abastecimento de água encanada nas comunidades que ainda não possui abastecimento.

EDUCAÇÃO

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Executar as políticas municipais de educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis de modalidade de competência do município.
Incentivar e promover atividades culturais e desportivas no município.

OBJETIVOS E METAS

- Manter as ações que visem proporcionar o ensino Infantil ao Ensino Fundamental do 1° ao 9° ano, destinada a formação da criança e do pré-adolescente;
- Manter as ações desenvolvidas com o objetivo de preparar a criança menor de 7 anos para sua admissão ao ensino regular de primeiro grau;
- Manter as ações que visem programas de educação para o aprendizado de portadores de necessidades especiais;
- Oferta de vagas e incentivo para matrícula de crianças na faixa etária escolar, educação infantil, ensino pré-escolar, fundamental, básico e especial;
- Adquirir prédios e terrenos para escolas e construir, ampliar, recuperar e manter a rede física escolar urbana e rural;
- Adquirir equipamentos e mobiliários escolares;
- Criar novas opções de escolaridade através de escolas profissionalizantes;
- Apoiar ações desenvolvidas para melhoria da educação na zona rural e urbana;
- Manter o ensino de jovens e adultos – EJA;
- FUNDEB – Fundo de desenvolvimento da educação básica
- Manter programa de merenda escolar para melhoria do padrão alimentar do educando;
- Manter o sistema de transporte de estudantes e de professores através de aquisição e locação de veículos;
- Desenvolver ações do Programa: Todos pela educação;



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 646780a7-7b74c-4cfa-8898-74cc2a65914c



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ

Rua: Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP: 56.470-000
(87)3851-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.878/0001-80

prefeturadejatoba.pe@gmail.com

- Realizar convênios com entidades Federal, Estadual, entidades privadas e etc.;
- Apoiar o ensino especial, médio, técnico e superior;
- Manter apoio aos conselhos da educação;
- Desenvolver ações voltadas a educação continuada dos profissionais da rede de educação;
- Implantar e manter programa de atendimentos a criança em creche;
- Aquisição de fardamento e kit escolar;
- Nuclear escolas na zona rural.

CULTURA

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Promover o Desenvolvimento Cultural do Município visando o fortalecimento da cultura regional em parceria com entidades não governamentais.

OBJETIVOS E METAS

- Manter o apoio as manifestações no campo da música, dança, poesia e teatro;
- Manter as ações que tem por objetivo difundir a cultura em geral a todas as camadas da população, com o cultivo e o desenvolvimento das artes, atividades literárias e apoio aos festejos tradicionais;
- Apoio aos artesãos do município;
- Promover a preservação do patrimônio, incentivar a criatividade e a difusão das criações e manifestações culturais;
- Desenvolver ações que viabilizem a recuperação e manutenção de prédios históricos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Promover a Assistência à População de baixa Renda, através de programas Sociais.

Coordenar e executar uma política de inclusão social, visando o desenvolvimento comunitário integrado.

OBJETIVOS E METAS

- Implementar ações no sentido de gerar renda, junto a grupos carentes, através da instalação de unidades produtivas familiares, núcleos de produção comunitaria e pequenos negócios;
- Desenvolver mutirão comunitário de melhoria habitacional em comunidades de baixa renda;
- Desenvolve ações de apoio de apoio nutricional nas comunidades carentes;
- Promover ações de apoio a grupos de jovens, crianças e adultos, nas áreas da educação, cultura, lazer, desportos e assistência social;
- Oferecer oportunidades de profissionalização a adolescentes carentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ

Rua Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP: 56.470-000
(87)3951-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.878/0001-80

prefeituradejatoba.pe@gmail.com

- Assistir famílias carentes com programas de apoio para garantir suas necessidades básicas tais como: alimentação, saúde, educação, moradia, vestuário e cidadania;
- Desenvolver programas de geração de emprego com melhoria da qualidade da mão de obra;
- Desenvolver cursos profissionalizantes;
- Desenvolver ações visando assistir as pessoas com necessidades especiais;
- Realizar convênios com entidades Federais e Estaduais;
- Apoio aos conselhos sociais;
- Apoio a entidades sem fins lucrativos;
- Aplicação dos programas sociais em parcerias com os governos Estadual e Federal e entidades privadas;
- Implantar os serviços socio assistenciais de acompanhamento as famílias dos usuários de drogas;
- Manter a realização de campanhas educativas e preventivas sobre o trabalho infantil e o abuso sexual de crianças e adolescentes.

DIREITOS DA CIDADANIA

- Manter as ações desenvolvidas para garantir os direitos da cidadania;
- Assistir famílias carentes com programas de apoio para melhoria na qualidade de vida;

URBANISMO

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Desenvolver projetos e programas comunitários de urbanismo, conservação de estradas;

Manter e ampliar os serviços de saneamento básico garantindo melhor qualidade de vida aos munícipes.

OBJETIVOS E METAS

- Manter as ações desenvolvidas no sentido de aperfeiçoar o processo de urbanização no município;
- Manter as ações relativas a coleta, varrição e limpeza de vias urbanas, bem como a destinação final de lixo, envolvendo trabalho de aterro sanitário e usina de tratamento;
- Manter as ações relacionadas à implantação, ampliação, manutenção e operação dos serviços de iluminação de vias e logradouros públicos;
- Manter as ações relacionadas à implantação e manutenção de parques, praças, jardins e de arborizações de vias públicas;

SANEAMENTO

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Manter e ampliar os serviços de saneamento básico garantindo melhor qualidade de vida aos munícipes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ
Rua: Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP: 56.470-000
(87)3851-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.878/0001-80

prefeturadejatoba.pe@gmail.com

OBJETIVOS E METAS

- Manter as ações relacionadas com o planejamento, instalação, ampliação, operação e manutenção de sistemas de esgotos sanitários;
- Manter as ações que visam o abastecimento d'água de boa qualidade a população acompanhando o tratamento e controle de qualidade;
- Implantar e manter a lagoa de decantação com vistas a atender o destino final dos esgotos domésticos e a melhoria das condições sanitárias das comunidades;
- Manter as ações de proteção ao meio ambiente com a construção de obras hidricas para combater os efeitos da seca;
- Elaborar o Plano de Saneamento Básico;
- Elaborar o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS;

AGRICULTURA

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Promover estudos, pesquisas e projetos socioeconômicos ambientais e institucionais, visando eliminar a tendência de queda da produção agrícola.

Executar a política agrícola municipal, planejando, orientando e promovendo as condições adequadas para diminuição do custos e melhorar o escoamento da produção.

OBJETIVOS E METAS

- Apoiar projetos agropecuários, com a finalidade de facilitar aos agricultores o acesso ao crédito rural;
- Manter o fornecimento de água através de carros pipas para as pessoas residentes na zona rural;
- Apoiar e incentivar as associações de agricultores e piscicultores;
- Manter convênio em parceria com o Governo Federal e Estadual;
- Manter apoio administrativo e técnico na área da agricultura;

COMERCIO E SERVIÇOS

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Planejamento, das ações para desenvolvimento do comércio, estimulando o fortalecimento da produção e da prestação de serviços no município.

OBJETIVOS E METAS

- Estimular o comércio com a realização de eventos voltados para o desenvolvimento do comércio e melhorias na atividade econômica;
- Incentivar atividades pesqueira, com fulcro na TILÁPIA;
- Implementar e manter as ações desenvolvidas para promoção do comércio local;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ
Rua: Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP: 56.470-000
(87)3851-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.878/0001-80

prefeituradejatoba.pe@gmail.com

- Promover ações para o fortalecimento aos produtores de TILÁPIA com a intenção de manter, aperfeiçoar, desenvolver, expandir a produção e comercialização do peixe;
- Realizar eventos para promover a produção local.

MEIO AMBIENTE

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Planejamento e controle do uso e ocupação do solo e a proteção e reflorestamento da mata nativa e valorização do patrimônio ambiental do município.

OBJETIVOS E METAS

- Manter as ações de prevenção do meio ambiente;
- Desenvolver ações sócio educativas visando orientar a população para a preservação do meio ambiente;
- Manter as ações de preservação dos sítios históricos;
- Promover ações voltadas as comunidades ribeirinhas, na busca do uso correto do meio ambiente a fim de adquirir recursos a sub-existência comunitária.

INDÚSTRIA

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Promover ações para atrair indústria para o Município visando o fortalecimento da economia local.

OBJETIVOS E METAS

- Implementar e manter as ações desenvolvidas para promoção da indústria como atividade econômica;
- Construir o matadouro público com características de pequena indústria, visando atender as exigências para o setor no que diz respeito a higiene e a preservação do meio ambiente;

CONSÓRCIO

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Desenvolver ações em parceria com outros municípios visando o fortalecimento dos serviços oferecidos pelo consórcio.

OBJETIVOS E METAS

- Realizar consórcios públicos instituídos na forma da Legislação Federal específica.



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Acesse em: <https://stc.e-ctc.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 646780a7-7b74c-4cfa-8898-74cc2a65914c



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ
Rua Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP: 56.470-000
(87)3851-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.878/0001-80

prefeituradejatoba.pe@gmail.com



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Acesse em: <https://stc.ce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 646780a7-7b74c-4cfa-8898-74cc2a65914c

INDÍGENA

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Promover ações de incentivo e promoção da cultura indígena do município.

OBJETIVOS E METAS

- Contribuir para a manutenção, atualização e reprodução sociocultural dos saberes, práticas, formas narrativas, instituições e rituais indígenas;
- Incentivar os processos comunitários de transmissão de saberes e práticas, valorizado os anciãos sobretudo na troca de experiências e intercâmbios entre as comunidades indígenas;
- Colaborar para a utilização das línguas indígenas;
- Possibilitar a criação de espaços comunitários para o diálogo e reflexão sobre temas culturais de interesse dos povos indígenas;

TURISMO

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Promover as atividades turísticas do município executando políticas de estímulo e divulgação dos polos de visitações do município.

OBJETIVOS E METAS

- Manter as atividades que visem o desenvolvimento do turismo;
- Manter as ações que visam o desenvolvimento do turismo através da barragem de Itaparica;
- Incentivar a atividade do turismo em diversas áreas do município com ajuda do Governo Estadual e Federal;
- Implantar e apoiar o desenvolvimento das regiões ribeirinhas na recepção dos turistas e desenvolvimento do artesanato e da culinária local.

TRANSPORTE

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Apoiar o desenvolvimento do município, melhorar a infra estrutura, possibilitando acesso de todas as fazendas e sítios ao centro comercial do município.

OBJETIVOS E METAS

- Manter as ações relativas à implantação de estradas que ligam as fazendas e sítios aos centros comerciais do município;
- Manter as atividades de conservação das estradas vicinais do município;
- Aquisição de máquinas e equipamentos, através de convênios e com recursos próprios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ

Rua: Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP 56 470-000
(87)3551-3114 / 3116 - CNPJ: 01.614.878/0001-50

prefeituradejatoba.pe@gmail.com

ENERGIA

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Desenvolver ações que possibilitem aos munícipes acesso à energia elétrica, e manutenção da iluminação pública.

OBJETIVOS E METAS

- Manter as ações de manutenção da iluminação pública;
- Manter ações no sentido de promover as políticas de distribuição de energia na zona rural;
- Manter as ações relativas ao planejamento, construção, expansão e melhoramento das redes de distribuição na zona rural do município.

DESPORTOS E LAZER

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Desenvolver ações voltadas ao fortalecimento do esporte e lazer principalmente nas regiões onde se encontra a população mais carente.

OBJETIVOS E METAS

- Manter as atividades que visem o desenvolvimento dos esportes, da recreação e das aptidões físicas do indivíduo;
- Manter as ações para o desenvolvimento das atividades de esportes praticados por amadores, inclusive o esporte estudantil;
- Criar e manter espaços adequados para o desenvolvimento da educação física, desportos e recreação comunitários, a população em geral;
- Construir quadras poliesportivas no município.

SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

Assegurar o acesso da população as ações de promoção de saúde, garantindo a universalidade da atenção integral, na assistência e equidade do cuidado com a saúde através do fundo municipal de saúde.

OBJETIVOS E METAS

- Manter as atividades do Fundo Municipal de Saúde;
- Desenvolver ações preventivas para manter a saúde da população;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ
Rua Bom Jardim, Nº 01 – Centro – Jatobá – PE CEP 56 470-000
(87)3851-3114 / 3116 - CNPJ 01 614 878/0001-80

prefeituradejatoba.pe@gmail.com

- Desenvolver ações de controle e vigilância das doenças transmissíveis e endêmicas;
- Promover ações de combate as doenças sexualmente transmissíveis – DST;
- Manter ações de vigilância sanitária no município;
- Manter ações de orientação educativa sobre higiene bucal e de melhoria de saúde oral, além de extensão de assistência as gestantes e crianças de 7 a 14 anos;
- Manter as atividades relacionadas a criação e manutenção de infraestrutura para prestação de serviços médicos, através da rede hospitalar dos ambulatórios e dos postos de saúde;
- Manter as ações do programa de tratamento fora do domicílio –TFD;
- Manutenção das ações de controle de vigilância epidemiológica;
- Manter o programa de combate à desnutrição e as pessoas gestantes;
- Implementar ações para o funcionamento da farmácia básica objetivando suprir as necessidades das pessoas carentes do município;
- Manter ações com o objetivo de ampliar as ofertas de exames complementares e diagnósticos;
- Ampliar e recuperar a estrutura física da rede municipal de saúde;
- Aquisição de equipamentos para a saúde;
- Construir unidades básicas de saúde – UBS;
- Manter programas de ações específicas, visando a assistência ao idoso;
- Implementar a atenção a hipertensão arterial e ao diabetes mellitus, visando o controle dos hipertensos e diabéticos;
- Desenvolver campanhas de prevenção contra o cigarro, alertando sobre os males a saúde das pessoas e ao meio ambiente;
- Manter campanha de conscientização sobre os malefícios do tabaco, tabagismo passivo, dependência de nicotina e os benefícios da cessação de fumar;
- Manter uma casa de apoio as pessoas em tratamento fora de domicílio;
- Manter ações específicas no tratamento preventivo contra os cânceres de útero, mama e próstata;
- implementar, garantir e promover a execução de consultas e exames aos pacientes;
- Aquisição de ambulâncias para melhor atender aos pacientes do sistema de saúde do município;
- Desenvolver campanhas e/ou programas educativos em parcerias com as demais secretarias e outros órgãos esclarecendo sobre: DST DROGAS, ABORTO, HIV/AIDS, ETC.;
- Manter programas de vigilância e saúde indígena;
- Manutenção dos programas de saúde da mulher, criança, adolescente, homem e da pessoa idosa;
- Promover capacitação do funcionários na área de saúde;
- Promover ações voltadas a saúde mental;
- Implantar e manter o SAMU;
- Promover ações de saúde bucal, com implementação de laboratórios de próteses dentárias.



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 646780a7-7b74c-4cfa-8898-74cc2a65914c

Prefeitura Municipal de Jatobá

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2018	2019		2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTE	32.343.739,98	36.322.443,83	41.308.300,00	43.160.400,00	43.823.700,00	44.489.660,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	1.613.726,18	2.013.005,39	2.459.600,00	2.534.170,00	2.546.550,00	2.545.440,00
IMPOSTOS	1.594.828,41	1.994.869,12	2.408.100,00	2.491.720,00	2.494.050,00	2.492.980,00
Impostos s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	553.804,95	657.692,33	917.700,00	918.000,00	918.100,00	918.200,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	553.804,95	657.692,33	917.700,00	918.000,00	918.100,00	918.200,00
Imp. s/ a Renda - Ret.na Fonte - Trabalho - Princ	553.804,95	657.692,33	917.700,00	918.000,00	918.100,00	918.200,00
Impostos Específicos de Estados/DF Municipios	1.031.023,46	1.337.176,79	1.491.400,00	1.563.720,00	1.575.950,00	1.574.780,00
Imposto s/ Prop. Predial e Terr. Urbana	47.087,15	23.205,07	33.500,00	63.470,00	64.330,00	64.330,00
IPTU - Principal	46.942,36	21.656,95	15.500,00	52.380,00	53.200,00	53.200,00
IPTU- Multa e Juros	0,00	0,00	8.000,00	5.550,00	5.500,00	5.500,00
IPTU - Dívida Ativa	144,79	1.548,12	10.000,00	5.620,00	5.630,00	5.630,00
Imp.s/Trans. Inter Vivos Bens Imov.e Direitos	72.898,38	34.626,06	87.200,00	75.250,00	76.420,00	75.250,00
ITBI - Principal	72.898,38	34.626,06	87.200,00	75.250,00	76.420,00	75.250,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	911.037,95	1.279.345,66	1.390.700,00	1.425.000,00	1.435.200,00	1.435.200,00
ISS.-Principal	911.037,95	1.279.345,66	1.390.700,00	1.425.000,00	1.435.200,00	1.435.200,00
TAXAS	24.897,77	18.136,27	50.500,00	52.450,00	52.500,00	52.460,00
Taxas p/Exercício do Poder de Polícia	20.048,78	17.548,25	40.500,00	37.250,00	37.300,00	37.250,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	20.048,78	17.548,25	40.500,00	37.250,00	37.300,00	37.250,00
Taxas de Inspeção - Contr. e Fiscal. - Principal	20.048,78	17.548,25	40.500,00	37.250,00	37.300,00	37.250,00
Taxas Pela Prestação de Serviços	4.848,99	588,02	10.000,00	15.200,00	15.200,00	15.210,00
Taxas pela Prestação de Serviços	4.848,99	588,02	10.000,00	15.200,00	15.200,00	15.210,00
Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	4.848,99	588,02	10.000,00	15.200,00	15.200,00	15.210,00
CONTRIBUIÇÕES	307.669,50	330.669,03	375.400,00	385.500,00	388.500,00	390.200,00
CONTR. P/O CUSTEIO DO SERV. DE ILUM. PÚBLICA	307.669,50	330.669,03	375.400,00	385.500,00	388.500,00	390.200,00
Contr.P/Custeio do Serv. de Ilum. Pública	307.669,50	330.669,03	375.400,00	385.500,00	388.500,00	390.200,00
Contr.P/Custeio Serv. Ilum. Pública - Princ.	307.669,50	330.669,03	375.400,00	385.500,00	388.500,00	390.200,00
RECEITA PATRIMONIAL	53.945,58	39.104,34	65.220,00	195.000,00	152.400,00	152.500,00
VALORES MOBILIÁRIOS	53.945,58	39.104,34	65.220,00	195.000,00	152.400,00	152.500,00
Juros e Correções Monetárias	53.945,58	39.104,34	65.220,00	195.000,00	152.400,00	152.500,00
Remuneração de Depósitos Bancários	53.945,58	39.104,34	65.220,00	195.000,00	152.400,00	152.500,00
Remuneração de Depósitos Banc. - Principal	53.945,58	39.104,34	65.220,00	195.000,00	152.400,00	152.500,00
RECEITA DE SERVIÇOS						



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA
 Acesso em: <https://cctce.cefpegov.br/epi/validador/validarCodigo.do>
 Documento e Código do Documento: 646780a74c-46a-8898-74622-665914c



Prefeitura Municipal de Jatobá

ESTADO DE PERNAMBUCO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 I - RECEITAS
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO	
	2018	2019		2021	2022
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.265,00	0,00	20.000,00	23.650,00	22.500,00
Servi. Administrativos e Comerciais Gerais-Princ	1.265,00	0,00	20.000,00	23.650,00	22.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.018.180,31	37.875.589,99	42.896.730,00	44.301.784,00	45.286.570,00
Transferências da União e suas Entidades	23.499.872,22	25.984.390,58	27.469.630,00	30.403.364,00	31.208.420,00
Transf. da União e suas Entidades	23.499.872,22	25.984.390,58	27.469.630,00	30.403.364,00	31.208.420,00
Participação na Receita da União	15.299.217,69	16.644.823,10	19.145.600,00	17.225.500,00	17.265.000,00
Cota-Parte do FPM - C. Mensal - Principal	14.680.246,89	15.968.620,55	17.350.600,00	16.380.500,00	16.420.000,00
Cota-Parte Fundo Part. dos Mun. 1% Dez.- Princ.	618.970,80	676.002,55	1.795.000,00	945.000,00	845.000,00
Transf. Comp. Finan. P/Explor. Recursos Naturais	241.848,87	256.412,91	1.217.000,00	4.705.350,00	4.774.500,00
Cota-Parte Comp. Fin. Rec. Hidricos - Principal	7.833,43	13.658,97	992.000,00	4.520.000,00	4.580.000,00
Cota-Parte Fundo Especial do Petróleo-FEP - Princ	233.815,44	242.753,94	225.000,00	185.350,00	154.500,00
Transferências de Recursos do SUS	5.945.459,10	6.062.296,67	4.671.600,00	5.752.000,00	6.652.000,00
Transf. Rec. SUS - Repas.Fundo a Fundo - Princ.	5.945.459,10	6.062.296,67	4.671.600,00	5.752.000,00	6.652.000,00
Transferências de Receitas do FNAS	681.246,30	511.939,16	411.500,00	539.500,00	550.400,00
Transf. Rec. - FNAS - Principal	681.246,30	511.939,16	411.500,00	539.500,00	550.400,00
Transf. Recursos do Fundo Nac. da Educação-FNDE	1.421.883,88	1.259.087,89	1.318.700,00	1.410.000,00	1.432.750,00
Transferências do Salário-Educação-Principal	323.670,57	339.701,58	365.700,00	333.200,00	350.000,00
Transf. Diretas do FNDE Ref. PDDE - Princ.	2.580,00	2.700,00	3.000,00	3.100,00	3.120,00
Transf. Diretas do FNDE Ref. PNAE - Princ.	153.489,80	182.122,00	220.000,00	316.700,00	317.000,00
Transf. Diretas do FNDE Ref. - PNATE - Princ.	172.186,43	242.563,18	380.000,00	450.500,00	452.000,00
Outras Transferências Diretas do FNDE - Princ	769.957,08	491.981,13	350.000,00	308.500,00	310.500,00
Transf. Finan. do ICMS - Des. L.C. 87/96	10.416,38	0,00	12.000,00	10.000,00	10.200,00
Transf. Finan. do ICMS - Des. L.G. 87/96 - Princ.	10.416,38	0,00	12.000,00	10.000,00	10.200,00
Outras Transferências da União - Principal.	0,00	1.249.850,85	603.230,00	761.014,00	604.000,00
TRANSF. DOS ESTADOS, DIST. FED. E SUAS ENT.	4.539.700,38	4.912.549,20	7.151.550,00	5.369.020,00	5.379.650,00
Transf. dos Estados Dist. Fed. e suas Ent.	4.539.700,38	4.912.549,20	7.151.550,00	5.369.020,00	5.379.650,00
Participação na Receita dos Estados	4.539.700,38	4.912.549,20	7.151.550,00	5.369.020,00	5.379.650,00
Cota-Parte do ICMS - Principal	3.815.429,97	4.228.436,35	4.865.800,00	4.566.500,00	4.590.500,00
Cota-Parte do IPVA - Principal	388.860,39	292.893,55	564.000,00	461.520,00	462.000,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Princ.	19.872,25	22.492,15	22.850,00	55.450,00	55.250,00
Cota-Parte Contrib. Interv. Dom. Econ.CIDE-Princ.	28.257,24	17.102,85	32.200,00	79.250,00	55.500,00
Outras Partic. na Receita dos Estados - Princ.	287.274,53	351.622,30	1.666.700,00	215.800,00	220.500,00
Transf. da Rec. da Complementação ao FUNDEB					

Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA
 Acesso em: https://scc.icepe.gov.br/epv/validador/validador.jspx?codigo_documento=646780d84b74e4d6a8899174c2a659146





Prefeitura Municipal de Jatobá

ESTADO DE PERNAMBUCO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 I - RECEITAS
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	APRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	(R\$)					
Transferências de Recursos do FUNDEB	5.978.616,71	6.978.550,21	8.275.550,00	8.500.400,00	8.700.500,00	8.700.500,00
Transf. de Recursos do FUNDEB - Principal	3.463.914,99	6.247.509,97	6.924.950,00	7.250.400,00	7.350.500,00	7.350.500,00
Transf. de Recursos da Compl.do FUNDEB - Princ.	2.514.700,72	731.140,24	1.350.600,00	1.250.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.527,39	35.708,65	55.000,00	51.770,00	51.200,00	51.600,00
INDENIZACÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	478,23	17.745,15	30.000,00	26.570,00	26.000,00	26.300,00
Indenizações	0,00	17.745,15	30.000,00	7.920,00	7.500,00	7.800,00
Outras Indenizações - Principal	0,00	17.745,15	30.000,00	7.920,00	7.500,00	7.800,00
Restituições	478,23	0,00	0,00	18.650,00	18.500,00	18.500,00
Outras Restituições - Principal	478,23	0,00	0,00	18.650,00	18.500,00	18.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.049,16	17.963,50	25.000,00	25.200,00	25.200,00	25.300,00
Outras Receitas	1.049,16	17.963,50	25.000,00	25.200,00	25.200,00	25.300,00
Outras Receitas Primárias - Principal	1.049,16	17.963,50	25.000,00	25.200,00	25.200,00	25.300,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	88,37	720.000,00	758.600,00	753.300,00	780.340,00
OPERACÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	550.000,00	400.000,00	420.000,00	425.000,00
OPERACÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	550.000,00	400.000,00	420.000,00	425.000,00
Operações de Crédito Contratuais - Merc.Interno	0,00	0,00	550.000,00	400.000,00	420.000,00	425.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	86,37	20.000,00	71.400,00	53.300,00	53.340,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	10.000,00	31.800,00	31.800,00	31.820,00
Alienação de Outros Bens Móveis - Principal	0,00	0,00	10.000,00	31.800,00	31.800,00	31.820,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	86,37	10.000,00	39.600,00	21.500,00	21.520,00
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	86,37	10.000,00	39.600,00	21.500,00	21.520,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	150.000,00	287.200,00	280.000,00	282.000,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	100.000,00	137.200,00	130.000,00	130.000,00
Transf. Recursos da União do S/US - Principal	0,00	0,00	50.000,00	82.200,00	80.000,00	80.000,00
Outras Transferências da União - Principal	0,00	0,00	50.000,00	55.000,00	50.000,00	50.000,00
TRANSF.DOS ESTADOS DO DIST. FED.E SUAS ENT.	0,00	0,00	50.000,00	150.000,00	150.000,00	152.000,00
Transf. Conv. Estados, Distr.Fed. e suas Entid	0,00	0,00	50.000,00	150.000,00	150.000,00	152.000,00
Outras Transferências dos Estados - Principal	0,00	0,00	50.000,00	150.000,00	150.000,00	152.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-3.658.581,98	-3.971.633,57	-4.563.650,00	-4.331.474,00	-4.526.020,00	-4.641.150,00
DEDUÇÃO DAS TRANSF.S DA UNIÃO E S/NTIDADES	-2.814.183,37	-3.063.601,10	-3.473.120,00	-3.256.100,00	-3.548.550,00	-3.560.770,00
Dedução da Participação na Receita da União	-2.813.334,27	-3.063.601,10	-3.470.720,00	-3.258.200,00	-3.548.450,00	-3.558.650,00
Dedução da Cota-Parte do FPM - Principal	-2.741.180,44	-3.053.558,36	-3.470.120,00	-3.258.000,00	-3.546.200,00	-3.558.400,00
Dedução da Cota-Parte do ITR - Principal						



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA
 Endereço: https://tce.pe.gov.br/epv/validarDocumento
 Código do Documento: 646780a7b74e4ca889874c2ba65914e

Prefeitura Municipal de Jatobá

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Dedução da Transf. Financ. Deson. ICMS LG 87/98-Fri	-849,10	0,00	-2.400,00	2.100,00	-2.100,00	-2.120,00
DEDUÇÃO DAS TRANSF. DOS EST. E DIST. FED. E SIENT.	-644.388,61	-908.032,47	-1.090.530,00	-1.075.374,00	-1.077.470,00	-1.080.380,00
Dedução das Transferências dos Estados	-844.388,61	-908.032,47	-1.090.530,00	-1.075.374,00	-1.077.470,00	-1.080.380,00
Dedução da Participação na Receita dos Estados	-844.388,61	-908.032,47	-1.090.530,00	-1.075.374,00	-1.077.470,00	-1.080.380,00
Dedução da Cota-Parte do ICMS - Principal	-759.640,43	-845.687,70	-973.160,00	-978.500,00	-980.566,00	-982.300,00
Dedução da Cota-Parte do IPVA - Principal	-80.723,50	-58.578,72	-112.800,00	-92.304,00	-92.304,00	-93.500,00
Dedução da Cota-Parte do IPI Municípios - Princi	-4.034,68	-3.766,05	-4.570,00	-4.570,00	-4.580,00	-4.580,00
Total	32.343.739,98	36.322.530,20	42.028.300,00	43.919.000,00	44.577.800,00	45.250.000,00

Jatobá-PE, 27 de Julho de 2020

Mª Goretti Cavalcanti Varjão
Prefeita Municipal

Luiz Manoel de Souza
Contador CRC nº 15.482/0 TC PE

Mirella Alves de Souza
Secretária de Finanças



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO FERREIRA GOMES DA SILVA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 646780a7-b74c-4cfa-8898-74cc2a65914c



Prefeitura Municipal de Jatobá

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I.a - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

Imp. s/ a Renda - Ret.na Fonte - Trabalho - Princ

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	563.804,95	
2019	657.692,33	16,65
2020	917.700,00	39,53
2021	918.000,00	0,03
2022	918.100,00	0,01
2023	918.200,00	0,01

Nota:

Imp. s/ a Renda - Ret.na Fonte - Trabalho - Princ

IPTU - Principal

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	46.942,36	
2019	21.656,95	-53,86
2020	15.500,00	-28,43
2021	52.300,00	237,42
2022	53.200,00	1,72
2023	53.200,00	0,00

Nota:

IPTU - Principal

ITBI - Principal

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	72.898,36	
2019	34.626,06	-52,50
2020	67.200,00	94,07
2021	75.250,00	11,98
2022	76.420,00	1,55
2023	75.250,00	-1,53

Nota:

ITBI - Principal



Prefeitura Municipal de Jatobá

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
Lr - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

Contr.P/Custeio Serv. Ilum. Pública - Princ.

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	307.669,50	
2019	330.669,03	7,48
2020	375.400,00	13,53
2021	385.500,00	2,69
2022	388.500,00	0,78
2023	390.200,00	0,44

Nota:

Contr.P/Custeio Serv. Ilum. Pública - Princ.

Cota-Parte do FPM - C.Mensal - Principal

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	14.680.246,89	
2019	15.968.820,55	8,78
2020	17.350.600,00	8,65
2021	18.380.500,00	-5,59
2022	16.380.000,00	0,00
2023	16.420.000,00	0,24

Nota:

Cota-Parte do FPM - C.Mensal - Principal

Transf. Rec. SUS - Repas.Fundo a Fundo - Princ.

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	5.845.459,10	
2019	6.062.295,67	3,71
2020	4.671.600,00	-22,94
2021	5.752.000,00	23,13
2022	6.650.000,00	15,61
2023	6.652.000,00	0,03

Nota:

Transf. Rec. SUS - Repas.Fundo a Fundo - Princ.



Prefeitura Municipal de Jatobá

ESTADO DE PERNAMBUCO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
La - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

Transferências do Salário-Educação-Principal

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	323.670,57	
2019	339.701,58	4,95
2020	365.700,00	7,65
2021	333.200,00	-8,89
2022	333.500,00	0,09
2023	350.000,00	4,95

Nota:

Transferências do Salário-Educação-Principal

Cota-Parte do ICMS - Principal

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	3.815.429,97	
2019	4.228.438,35	10,82
2020	4.865.800,00	15,07
2021	4.586.000,00	-5,75
2022	4.590.500,00	0,10
2023	4.590.500,00	0,00

Nota:

Cota-Parte do ICMS - Principal

Cota-Parte do IPVA - Principal

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	388.866,39	
2019	292.893,55	-24,58
2020	504.000,00	92,56
2021	461.520,00	-18,17
2022	460.000,00	-0,33
2023	462.000,00	0,43

Nota:

Cota-Parte do IPVA - Principal